

Ministério da Previdência Social**GABINETE DO MINISTRO****PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 432, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015**

Dispõe sobre a publicação dos róis dos percentis de frequência, gravidade e custo, por Subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, calculados em 2015, e sobre a disponibilização do resultado do processamento do Fator Acidentário de Prevenção - FAP em 2015, com vigência para o ano de 2016, e sobre o processamento e julgamento das contestações e recursos apresentados pelas empresas em face do índice FAP a elas atribuídos.

OS MINISTROS DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL e DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhes confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no inciso II do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; no art. 10 da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003; no art. 202-A, § 5º, e 202-B, ambos do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1.999 e na Resolução MPS/CNPS nº 1.316, resolvem:

Art. 1º Publicar os róis dos percentis de frequência, gravidade e custo, por Subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, calculados em 2015, considerando informações dos bancos de dados da previdência social relativos aos anos de 2013 e 2014 (Anexo I).

Art. 2º Nos termos do disposto na Súmula do Superior Tribunal de Justiça -STJ nº 351, de 19/03/2008, no inciso II do art. 19 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, no Ato Declaratório nº 11/2011, de 20/12/2011, e no Parecer PGFN/CRJ nº 2.120, de 2011, ambos aprovados pelo Ministro de Estado da Fazenda, no art. 72, § 1º, inciso II da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil - RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, no sentido de que a atribuição do grau de risco e respectiva alíquota do Seguro Contra Acidentes do Trabalho - SAT deva ser realizada por estabelecimento, individualizado pelo CNPJ completo (14 dígitos), o cálculo do FAP, a partir de 2015, vigência a partir de 2016, também será realizado por estabelecimento, CNPJ completo (14 dígitos).

Art. 3º O Fator Acidentário de Prevenção - FAP calculado em 2015 e vigente para o ano de 2016, juntamente com as respectivas ordens de frequência, gravidade, custo e demais elementos que possibilitem o estabelecimento (CNPJ completo) verificar o respectivo desempenho dentro da sua Subclasse da CNAE, serão disponibilizados pelo Ministério da Previdência Social - MPS no dia 30 de setembro de 2015, podendo ser acessados na rede mundial de computadores nos sítios do Ministério da Previdência Social - MPS e da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB.

Parágrafo único. O valor do FAP de todos os estabelecimentos (CNPJ completo), juntamente com as respectivas ordens de frequência, gravidade, custo e demais elementos que compuseram o processo de cálculo, serão de conhecimento restrito do contribuinte mediante acesso por senha pessoal.

Art. 4º Em conformidade ao disposto na Resolução MPS/CNPS Nº 1.316, de 31 de maio de 2010, os estabelecimentos (CNPJ completo) que estiverem impedidos de receber FAP inferior a 1,0000 por apresentarem casos de morte ou de invalidez permanente poderão afastar esse impedimento se comprovarem terem realizado investimentos em recursos materiais, humanos e tecnológicos em melhoria na segurança do trabalho, com o acompanhamento dos sindicatos dos trabalhadores e dos empregadores.

§ 1º A comprovação de que trata o caput será feita mediante formulário eletrônico "Demonstrativo de Investimentos em Recursos Materiais, Humanos e Tecnológicos em Melhoria na Segurança do Trabalho" devidamente preenchido e homologado.

§ 2º O formulário eletrônico será disponibilizado no sítio do Ministério da Previdência Social - MPS e da Receita Federal do Brasil - RFB e deverá ser preenchido e transmitido no período de 01 de outubro de 2015 até 08 de dezembro de 2015 e conterá informações inerentes ao período considerado para a formação da base de cálculo do FAP anual.

§ 3º No formulário eletrônico de que trata o § 1º constarão campos que permitirão informar, mediante síntese descritiva, sobre:

I - a constituição e o funcionamento de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA ou a comprovação de designação de trabalhador, conforme previsto na Norma Regulamentadora - NR 5, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE;

II - as características quantitativas e qualitativas da capacitação e treinamento dos empregados;

III - a composição de Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT, conforme disposto na Norma Regulamentadora NR 4, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE;

IV - a análise das informações contidas no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO realizados no período que compõe a base de cálculo do FAP processado;

V - o investimento em Equipamento de Proteção Coletiva - EPC, Equipamento de Proteção Individual - EPI e melhoria ambiental; e

VI - a inexistência de multas, decorrentes da inobservância das Normas Regulamentadoras, junto às Superintendências Regionais do Trabalho - SRT, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

§ 4º O Demonstrativo de que trata o § 1º deverá ser impresso, instruído com os documentos comprobatórios, datado e assinado por representante legal do estabelecimento (CNPJ completo) e protocolado no sindicato dos trabalhadores da categoria vinculada à atividade econômica do estabelecimento (CNPJ completo), o qual homologará o documento, no prazo estabelecido no § 6º, também de forma eletrônica, em campo próprio.

§ 5º O formulário eletrônico de que trata o § 1º deverá conter:

I - identificação do estabelecimento (CNPJ completo) e do sindicato dos trabalhadores da categoria vinculada à atividade econômica do estabelecimento (CNPJ completo), com endereço completo e data da homologação do formulário eletrônico; e

II - identificação do representante legal do estabelecimento (CNPJ completo) que emitir o formulário, do representante do sindicato que o homologar e do representante do estabelecimento (CNPJ completo) encarregado da transmissão do formulário para a Previdência Social.

§ 6º A homologação eletrônica pelo sindicato dos trabalhadores da categoria vinculada à atividade econômica do estabelecimento (CNPJ completo) deverá ocorrer, impreterivelmente, até o dia 08 de dezembro de 2015, sob pena de a informação não ser processada e o impedimento da bonificação mantido.

§ 7º O Demonstrativo impresso e homologado será arquivado pelo estabelecimento (CNPJ completo) por cinco anos, podendo ser requisitado para fins da auditoria da Receita Federal do Brasil - RFB ou da Previdência Social.

§ 8º Ao final do processo do requerimento de suspensão do impedimento da bonificação, o estabelecimento (CNPJ completo) conhecerá o resultado mediante acesso restrito, com senha pessoal, na rede mundial de computadores nos sítios do Ministério da Previdência Social - MPS e da Receita Federal do Brasil - RFB.

Art. 5º Em conformidade ao disposto no item 3.7 da Resolução MPS/CNPS Nº 1.316, de 31 de maio de 2010, os estabelecimentos (CNPJ completo) que estiverem impedidos de receber FAP inferior a 1,0000 por apresentarem Taxa Média de Rotatividade, calculada na fase de processamento do FAP

anual, acima de setenta e cinco por cento, poderão afastar esse impedimento se comprovarem ter observado as normas de Saúde e Segurança do Trabalho.

Parágrafo único. A comprovação de que trata o caput deste artigo será efetuada mediante formulário eletrônico "Demonstrativo de Investimentos em Recursos Materiais, Humanos e Tecnológicos em Melhoria na Segurança do Trabalho" devidamente preenchido e homologado, conforme previsto no artigo anterior, observando-se, inclusive, as mesmas datas para preenchimento, transmissão e homologação.

Art. 6º O FAP atribuído aos estabelecimentos (CNPJ completo) pelo Ministério da Previdência Social - MPS poderá ser contestado perante o Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional - DPSSO da Secretaria Políticas de Previdência Social - SPPS do Ministério da Previdência Social - MPS, exclusivamente, de forma eletrônica, por intermédio de formulário eletrônico que será disponibilizado na rede mundial de computadores nos sítios do Ministério da Previdência Social - MPS e da Receita Federal do Brasil - RFB.

§ 1º A contestação de que trata o caput deverá versar, exclusivamente, sobre razões relativas a divergências quanto aos elementos previdenciários que compõem o cálculo do FAP.

§ 2º Os elementos previdenciários que compõem o cálculo do FAP contestados deverão ser devidamente identificados, conforme incisos abaixo, sob pena de não conhecimento da contestação:

I - Comunicação de Acidentes do Trabalho - CAT - seleção das CATs relacionadas para contestação.

II - Nexos Técnico Previdenciário s/ CAT vinculada - seleção dos Nexos relacionados para contestação.

III - Benefícios - seleção dos Benefícios relacionados para contestação.

IV - Massa Salarial - seleção da(s) competência(s) do período-base, inclusive a 13º salário, informando o valor de massa salarial (campo "REMUNERAÇÃO" - GFIP) que o estabelecimento (CNPJ completo) considera correto ter declarado em GFIP para cada competência selecionada.

V - Número Médio de Vínculos - seleção da(s) competência(s) do período-base, informando a quantidade de vínculos (campo "EMPREGADOS E TRABALHADORES AVULSOS" - GFIP) que o estabelecimento (CNPJ completo) considera correto ter declarado em GFIP para cada competência selecionada.

VI - Taxa Média de Rotatividade - seleção do(s) ano(s) do período-base, informando as quantidades de rescisões (campo "MOVIMENTAÇÕES" - GFIP), admissões (campo "ADMISSÃO" - GFIP) e de vínculos no início do ano (campo "GFIP competência") que o estabelecimento (CNPJ completo) considera corretas ter declarado em GFIP para cada ano do período-base selecionado.

(*) Códigos das MOVIMENTAÇÕES considerados no cálculo: H, I1, I2, I3, I4, J, K e L.

(**) Códigos das ADMISSÕES das categorias considerados no cálculo: 1, 2, 4, 7, 12, 19, 20, 21 e 26

§ 3º O formulário eletrônico de contestação deverá ser preenchido e transmitido no período de 09 de novembro de 2015 a 08 de dezembro de 2015.

§ 4º O resultado do julgamento proferido pelo Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional - DPSSO, da Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS, do Ministério da Previdência Social - MPS, será publicado no Diário Oficial da União, e o inteiro teor da decisão será divulgado no sítio do Ministério da Previdência Social, na rede mundial de computadores, com acesso restrito ao estabelecimento (CNPJ completo).

§ 5º O processo administrativo de que trata este artigo tem efeito suspensivo.

§ 6º Caso não haja interposição de recurso, o efeito suspensivo cessará na data da publicação do resultado do julgamento.

Art. 7º Da decisão proferida pelo Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional - DPSSO, da Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS, do Ministério da Previdência Social - MPS, caberá recurso, no prazo de trinta dias, contado da data da publicação do resultado no Diário Oficial da União.

§ 1º O recurso deverá ser encaminhado por meio de formulário eletrônico, que será disponibilizado no sítio do Ministério da Previdência Social - MPS e da Receita Federal do Brasil - RFB, e será examinado em caráter terminativo pela Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS, do Ministério da Previdência Social - MPS.

§ 2º Não será conhecido o recurso sobre matérias que não tenham sido objeto de impugnação em primeira instância administrativa.

§ 3º O resultado do julgamento proferido pela Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS, do Ministério da Previdência Social - MPS será publicado no Diário Oficial da União, e o inteiro teor da decisão será divulgado no sítio do Ministério da Previdência Social, na rede mundial de computadores, com acesso restrito ao estabelecimento (CNPJ completo).

§ 4º Em caso de recurso, o efeito suspensivo cessará na data da publicação do resultado do julgamento proferido pela Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS, do Ministério da Previdência Social - MPS.

§ 5º O recurso, por se tratar de segunda instância administrativa, deverá versar exclusivamente sobre matérias submetidas à apreciação em primeira instância administrativa que não tenham sido deferidas a favor do estabelecimento (CNPJ completo).

Art. 8º A propositura, pelo contribuinte, de ação judicial que tenha por objeto idêntico pedido sobre o qual versa o processo administrativo de que trata esta Portaria importa em renúncia ao direito de recorrer à esfera administrativa e desistência da impugnação interposta.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS EDUARDO GABAS
Ministro de Estado da Previdência Social

JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY
Ministro de Estado da Fazenda

ANEXO I

Róis dos Percentis de Frequência, Gravidade e Custo, por Subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) - FAP 2015, vigência 2016.

Subclasse da CNAE	Percentil de Frequência	Percentil de Gravidade	Percentil de Custo
0111301	37,16	55,78	65,75
0111302	47,63	63,93	91,22
0111303	17,71	14,41	8,63
0111399	52,67	60,76	67,25
0112101	66,14	56,97	61,79
0112102	3,22	3,57	4,44
0112199	36,77	48,03	38,53
0113000	81,65	79,12	80,54
0114800	52,75	46,29	79,67
0115600	76,14	80,54	77,53
0116401	2,35	4,36	7,13
0116402	0,00	0,00	0,00
0116403	0,00	0,00	0,00
0116499	19,91	40,43	30,39
0119901	59,13	83,62	30,86
0119902	49,76	57,84	38,06
0119903	48,50	75,64	38,61
0119904	21,65	12,75	3,49

7719502	0,00	0,00	0,00	8640213	0,00	0,00	0,00
7719599	49,29	70,10	90,59	8640214	13,93	14,33	4,83
7721700	21,57	34,10	19,47	8640299	55,59	18,84	44,47
7722500	10,07	14,88	12,11	8650001	43,85	25,88	17,57
7723300	24,17	46,84	61,00	8650002	19,28	16,70	6,18
7729201	18,26	48,82	73,18	8650003	9,52	9,90	47,31
7729202	38,26	39,09	52,38	8650004	6,37	8,00	10,77
7729203	42,28	36,48	10,13	8650005	12,51	3,17	15,04
7729299	19,36	33,08	68,04	8650006	6,76	4,60	12,90
7731400	49,44	73,97	79,04	8650007	22,43	5,23	3,09
7732201	65,04	71,52	69,94	8650099	46,53	15,59	45,57
7732202	83,62	67,49	63,45	8660700	81,42	20,97	21,05
7733100	29,44	22,48	29,36	8690901	20,54	4,44	5,47
7739001	74,80	66,06	20,66	8690902	0,00	0,00	0,00
7739002	51,49	38,85	13,14	8690999	83,31	25,64	28,33
7739003	64,25	77,61	86,00	8711501	73,23	56,49	35,37
7739099	60,55	57,36	64,72	8711502	39,52	49,93	56,33
7740300	22,91	21,45	34,34	8711503	97,72	23,11	39,25
7810800	50,07	42,96	62,27	8711504	47,32	26,67	12,27
7820500	49,60	42,49	70,41	8711505	28,89	33,79	43,04
7830200	33,14	22,55	42,33	8712300	35,35	18,99	14,88
7911200	6,53	10,53	32,28	8720401	24,25	15,99	11,08
7912100	7,79	10,45	7,68	8720499	94,88	33,63	36,40
7990200	17,08	28,49	25,96	8730101	24,01	23,35	16,94
8011101	33,93	43,04	60,37	8730102	51,96	23,58	38,77
8011102	18,34	30,86	67,88	8730199	56,61	45,26	65,51
8012900	73,93	72,87	83,86	8800600	51,26	20,66	27,54
8020000	50,55	56,89	47,08	9001901	3,61	12,98	4,91
8030700	5,03	17,65	16,31	9001902	16,37	17,25	9,66
8111700	37,95	34,66	48,26	9001903	4,24	16,23	16,46
8112500	18,02	22,40	44,70	9001904	0,00	13,46	4,60
8121400	53,54	55,94	68,12	9001905	45,03	50,80	39,17
8122200	48,74	56,81	54,20	9001906	47,48	58,15	56,17
8129000	78,42	65,27	70,18	9001999	23,38	29,99	26,43
8130300	46,92	59,10	79,19	9002701	43,14	37,11	10,29
8211300	34,72	27,85	39,09	9002702	12,04	35,05	98,18
8219901	14,48	19,39	36,32	9003500	8,42	13,22	17,25
8219999	21,41	17,97	39,33	9101500	2,12	0,00	0,00
8220200	24,80	23,27	29,91	9102301	11,49	8,16	5,15
8230001	21,33	28,33	43,12	9102302	26,14	34,02	17,33
8230002	19,52	30,39	32,84	9103100	94,09	63,37	25,17
8291100	12,12	14,17	24,37	9200301	7,94	24,29	95,49
8292000	66,30	60,68	74,61	9200302	33,06	18,12	12,82
8299701	85,35	80,30	81,88	9200399	0,00	0,00	0,00
8299702	8,10	4,52	9,11	9311500	28,26	36,08	81,41
8299703	32,59	61,32	7,45	9312300	40,55	50,48	52,22
8299704	5,27	5,47	14,72	9313100	5,82	9,11	26,51
8299705	31,80	62,58	29,20	9319101	20,39	27,30	22,71
8299706	5,11	11,16	19,79	9319199	34,25	42,65	40,35
8299707	7,87	21,37	55,23	9321200	73,07	47,47	51,27
8299799	45,27	38,38	47,71	9329801	13,54	29,75	76,27
8411600	16,45	19,79	35,61	9329802	34,48	28,01	9,74
8412400	15,74	8,63	29,75	9329803	17,28	5,67	5,63
8413200	86,69	47,87	29,52	9329804	32,43	18,52	31,49
8421300	0,00	0,00	0,00	9329899	26,53	31,73	47,00
8422100	96,77	52,06	48,98	9411100	48,11	24,45	26,91
8423000	4,56	11,00	15,75	9412000	19,68	17,33	66,46
8424800	17,16	27,54	43,44	9420100	19,44	21,76	70,02
8425600	0,00	0,00	0,00	9430800	34,64	22,95	47,24
8430200	9,36	6,34	6,97	9491000	35,03	25,72	43,68
8511200	19,13	12,35	18,60	9492800	2,90	6,81	14,01
8512100	6,45	7,60	26,75	9493600	28,58	27,06	31,18
8513900	21,73	17,10	34,50	9499500	43,38	25,40	35,84
8520100	15,27	7,84	23,90	9511800	18,97	20,42	35,45
8531700	22,51	6,18	16,78	9512600	32,75	25,48	40,43
8532500	31,73	8,79	15,99	9521500	39,29	52,22	64,64
8533300	30,86	9,66	15,67	9529101	16,92	28,96	90,35
8541400	3,93	5,94	24,53	9529102	38,03	55,46	50,00
8542200	4,79	10,29	27,62	9529103	10,23	4,91	13,54
8550301	24,64	27,70	31,81	9529104	22,83	31,65	30,78
8550302	59,68	14,01	35,69	9529105	61,33	71,05	72,63
8591100	14,87	12,82	18,36	9529106	10,62	24,85	19,94
8592901	2,75	3,09	8,32	9529199	39,21	50,24	72,95
8592902	10,46	30,23	41,22	9601701	45,82	55,86	67,65
8592903	8,18	4,12	5,31	9601702	74,41	70,73	91,46
8592999	8,34	8,47	18,28	9601703	73,30	68,83	25,32
8593700	2,98	3,73	10,45	9602501	5,19	10,69	31,57
8599601	8,26	18,20	42,17	9602502	7,31	8,87	27,30
8599602	14,24	30,47	22,48	9603301	43,70	49,61	53,80
8599603	4,01	6,65	35,53	9603302	42,99	62,90	19,15
8599604	11,80	11,40	36,87	9603303	28,50	53,33	50,16
8599605	5,90	6,02	7,84	9603304	25,50	32,92	38,38
8599699	36,61	13,62	27,06	9603305	38,10	58,39	16,86
8610101	98,98	54,12	49,53	9603399	42,20	40,51	17,97
8610102	96,93	47,39	42,81	9609201	20,07	32,21	21,84
8621601	50,63	44,70	26,83	9609202	7,47	12,90	6,73
8621602	58,03	32,13	21,76	9609203	15,98	21,84	36,00
8622400	76,22	46,60	62,74	9609204	22,04	74,53	18,44
8630501	53,46	15,51	23,42	9609299	27,79	39,72	55,54
8630502	90,71	26,04	29,12	9700500	59,29	55,62	67,17
8630503	26,92	8,08	25,01	9900800	66,06	33,55	25,24
8630504	9,28	7,92	11,64				
8630505	0,00	0,00	0,00				
8630506	11,65	8,24	45,81				
8630507	54,01	13,38	10,21				
8630599	52,83	17,41	36,95				
8640201	54,96	17,18	36,48				
8640202	61,10	18,36	25,40				
8640203	93,70	31,34	57,60				
8640204	20,47	21,68	32,05				
8640205	27,71	14,80	32,52				
8640206	32,28	17,02	10,53				
8640207	22,99	22,71	24,69				
8640208	2,67	2,86	9,50				
8640209	95,91	31,02	15,59				
8640210	52,28	20,02	24,22				
8640211	55,90	35,21	32,44				
8640212	82,12	12,51	8,87				

Fonte: Dataprev, Sistema RAT, Processamento 2015.

Notas: 1. Percentis de Ordem calculados com base no banco de dados utilizado no processamento do FAP 2015, vigência 2016, cujo período-base de cálculo é de janeiro de 2013 a dezembro de 2014; 2. Percentis preenchidos com "-" indicam que foram encontrados vínculos válidos para as empresas que compõem a SubClasse, no período de 2013 a 2014.